

1528
188 Const.
2 FEV 1987
Rio e São Paulo,
GAZETA MERCANTIL
o desconhecimento
da Constituinte

por Daniela Chioretti
de São Paulo

A maioria dos paulistas e cariocas acredita que a Assembleia Nacional Constituinte produzirá uma Constituição que delegará mais poderes ao presidente e defenderá os interesses dos que têm maior poder aquisitivo. Há, também, a impressão de que ela concederá maior agilidade à Justiça e estimulará o desenvolvimento técnico nacional.

Mas o fato mais alarmante da pesquisa realizada pela SGB Publicidade e Promoções S.A. — agência de propaganda de São Paulo — é o grau de desinformação revelado no estudo: 54% dos 800 eleitores ouvidos no eixo Rio—São Paulo desconhecem as reais funções dos 589 constituintes que iniciam os trabalhos nesta segunda-feira.

Do total da amostra, 39% afirmaram que os governadores participarão da elaboração da nova Constituição.

E 48% dos entrevistados elegeram deputados estaduais acreditando que viriam a ser constituintes. "Quando perguntávamos ao entrevistado qual sua maior esperança em relação à Constituinte a resposta de muitos era que ela controlasse a inflação ou conservasse o congelamento de preços", ilustra Antônio Rother Filho, analista de pesquisas da SGB.

O estudo foi realizado entre os dias 20 de novembro e 4 de dezembro, ouvindo homens e mulheres com até 45 anos, de todas as classes sociais. Rother Filho não acredita que os resultados do estudo seriam diferentes se ele fosse mais recente.

Além da desinformação, a pesquisa revela um flagrante ceticismo quanto à Constituição: 20% dos entrevistados dizem que não têm ou não sabem qual é

sua maior esperança em relação à Constituinte.

"E quanto mais baixa é a classe social, maior a tendência de atribuir um caráter conservador à Constituição", diz Rother Filho. De fato, entre os entrevistados das classes D e E (349 pessoas), 47% acreditam que a Constituição será conservadora. Este dado é de 40% nos entrevistados das classes A e B.

Da mesma forma, 48% dos ouvidos nas classes D e E acreditam que a Constituição garantirá a liberdade total de pensamento, será mais estatizante (57%) e favorecerá o capital estrangeiro (51%). Entre os entrevistados das classes A e B, 67% apostam numa Constituição que garanta liberdades de pensamento e apenas 46% dizem que ela será mais estatizante. A opinião de que ela favorecerá o capital estrangeiro também é mais branda (41% do total).

A pesquisa indica com clareza a desconfiança maior das pessoas de baixa renda em relação à Constituição. Do total da amostra, 70% acreditam será dada maior agilidade à Justiça. Este índice cai para 67% nas classes D e E e sobe para 73% nas classes A e B. Da mesma forma, 69% do total acredita que a Constituição estimulará o desenvolvimento técnico nacional. O índice cai, novamente, entre os de menor renda (66%) e é maior nas classes A e B (79%).

A expectativa em relação à Constituição também difere entre paulistas e cariocas. Os cariocas acreditam numa Constituição mais conservadora: 68% afirmam que ela defenderá os mais ricos, 74% acreditam em maiores poderes ao presidente, 56% apostam numa estatização crescente. Os paulistas confiam numa Constituição um pouco mais liberal.